

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 4



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 4



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 4 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 4)

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-934-9
 DOI 10.22533/at.ed.349202001

1. Educação. 2. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ítaca

Se partires um dia rumo à Ítaca

Faz votos de que o caminho seja longo repleto de aventuras, repleto de saber.

Nem lestrigões, nem ciclopes, nem o colérico Posidon te intimidem!

Eles no teu caminho jamais encontrarás.

Se altivo for teu pensamento

Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar

Nem lestrigões, nem ciclopes

Nem o bravio Posidon hás de ver

Se tu mesmo não os lewares dentro da alma

Se tua alma não os puser dentro de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.

Numerosas serão as manhãs de verão

Nas quais com que prazer, com que alegria

Tu hás de entrar pela primeira vez um porto

Para correr as lojas dos fenícios e belas mercancias adquirir.

[...] Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas, não apresses a viagem nunca.

Melhor muitos anos lewares de jornada

E fundeares na ilha velho enfim.

Rico de quanto ganhaste no caminho

Sem esperar riquezas que Ítaca te desse. [...]

(KAVÁFIS, 2006, p. 146-147)

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que

atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas

impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIBERDADE SEXUAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CANÇÃO <i>MARIA CHIQUINHA</i>	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Paulo Rennes Marçal Ribeiro Maria Regina Momesso Débora Cristina Machado Cornélio Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Carlos Simão Coury Corrêa Valquiria Nicola Bandeira Anna Clara de Oliveira Carling	
DOI 10.22533/at.ed.3492020011	
CAPÍTULO 2	9
AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO	
Daniel de Oliveira Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.3492020012	
CAPÍTULO 3	14
AVALIAÇÕES DE BIOLOGIA: O QUE DIZEM ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO	
Mariana Bolake Cavalli Bruno Garcia Pires Juliana Moreira Prudente de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3492020013	
CAPÍTULO 4	26
CELING (CENTRO DE LÍNGUAS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON): ENTRE DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	
Elisângela Redel Diana Milena Heck Verônica P. Coitinho Constanty	
DOI 10.22533/at.ed.3492020014	
CAPÍTULO 5	39
CINOTERAPIA: PRÁTICAS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO E FONOAUDIOLOGIA	
Renata Gomes Camargo Dayane Stephanie Potgurski Luana Zimmer Sarzi Camilla Fernandes Diniz Fernanda Celeste Sánchez Weber	
DOI 10.22533/at.ed.3492020015	

CAPÍTULO 6 49

COBERTURA VACINAL CONTRA PAPILOMAVÍRUS HUMANO EM ADOLESCENTES NO ACRE

Ruth Silva Lima da Costa
Cliviane da Costa Farias
Emiliane Souza Bandeira
Eder Ferreira de Arruda
Aylana de Souza Belchior
Marília Perdome Machado
Jair Alves Maia
Mediã Barbosa Figueiredo
Priscila Su-Tsen Chen
Jediel Rezende de Melo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3492020016

CAPÍTULO 7 59

COREOGRAFIAS, CENOGRAFIAS, CORPOS ESCOLARES: ARGUMENTOS PARA PENSAR A FORMA DA ESCOLA

Ana Paula Lima Aprato

DOI 10.22533/at.ed.3492020017

CAPÍTULO 8 70

CRIANÇAS E A FORMAÇÃO LEITORA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo
Daniela Santos Furtado
Sirlane de Jesus Damasceno Ramos

DOI 10.22533/at.ed.3492020018

CAPÍTULO 9 76

CSI IFSC - QUÍMICA FORENSE PARA DESVENDAR UM ASSASSINATO

Marcel Piovezan
Claudia Lira
Felipe de Oliveira
Gisele Serpa
Rafael Lapolli da Silveira Venera
Karen Aparecida Justen
Paulo dos Santos Batista
Renata Pietsch Ribeiro
Tula Beck Bisol
Berenice da Silva Junkes
Wilson Pedro Espindola

DOI 10.22533/at.ed.3492020019

CAPÍTULO 10 82

CURRÍCULO ADAPTADO: UMA PROPOSTA PARA ALFABETIZAR LETRANDO

Viviane Cristina de Mattos Battistello
Ana Teresinha Elicker
Rosemari Lorenz Martins

DOI 10.22533/at.ed.34920200110

CAPÍTULO 11	91
CURSO MICROSOFT EXCEL – BÁSICO AO AVANÇADO	
Natália Cardoso dos Santos	
Nardel Luiz Soares da Silva	
Jessyca Vechiato Galassi	
Lucas Casarotto	
Leonardo Backes Mosconi	
Nathália Cotorelli	
Aline Rafaela Hasper	
Daliana Hisako Uemura-Lima	
Paula Caroline Bejola	
Maria Antonia Urnau	
Daniela da Rocha Herrmann	
Lucas Natan Scheuermann	
DOI 10.22533/at.ed.34920200111	
CAPÍTULO 12	97
DISPOSITIVOS MÓVEIS COMO PROMOTORES DE INCLUSÃO SOCIAL	
Marilene Santana dos Santos Garcia	
Jaqueline Becker	
Willian Rufato da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34920200112	
CAPÍTULO 13	104
DO TEXTO AO HIPERTEXTO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA NARRATIVA MÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO E NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Everton Nery Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.3492020013	
CAPÍTULO 14	115
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DE OTTO PETERS	
Nelson Batista Leitão Neto	
DOI 10.22533/at.ed.3492020014	
CAPÍTULO 15	128
EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO CONTEXTO DA ESCOLA: DIÁLOGOS E REFLEXÕES	
Amilton Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3492020015	
CAPÍTULO 16	140
EDUCAÇÃO INFANTIL EM JORNADA DE TEMPO INTEGRAL: OLHARES, SENTIDOS, FALAS E PERCEPÇÕES INFANTIS	
Kenia dos Santos Francelino	
Katscilaine dos Santos Francelino	
DOI 10.22533/at.ed.34920200116	
CAPÍTULO 17	146
EDUCAÇÃO INFANTIL: DOCÊNCIA E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Kenia dos Santos Francelino	
DOI 10.22533/at.ed.34920200117	

CAPÍTULO 18	152
EDUCAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM ASSENTAMENTO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA, ÓROCO – PE	
Xenusa Pereira Nunes	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Francisco Assis Filho	
Xirley Pereira Nunes	
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.34920200118	
CAPÍTULO 19	160
EDUCAR NA CIDADANIA- UMA PROPOSIÇÃO RELEVANTE NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO CONTEXTO ESCOLAR	
Marivalda Evangelista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34920200119	
CAPÍTULO 20	172
ENSINANDO BIOLOGIA ATRAVÉS DO BOB ESPONJA	
Susete Wambier Christo	
Augusto Luiz Ferreira Júnior	
Ana Flávia Monteiro	
Marilise Silva Meister	
Denilton Vidolin	
DOI 10.22533/at.ed.34920200120	
CAPÍTULO 21	179
ESPÉCIES BOTÂNICAS E A INFLUÊNCIA DAS PRECIPITAÇÕES NO FORRAGEAMENTO DE <i>MELIPONA EBURNEA</i> EM RIO BRANCO, ACRE	
Carmem Cesarina Braga de Oliveira	
Francisco Cildomar da Silva Correia	
Rui Carlos Peruquetti	
DOI 10.22533/at.ed.34920200121	
CAPÍTULO 22	184
ESPECIFICIDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONHECIMENTO DE PROFESSORES DE AEE	
Thalia Costa Medeiros	
Najra Danny Pereira Lima	
Mayanny da Silva Lima	
Thais Costa Medeiros	
Maria Helena Rodrigues Bezerra	
Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha	
Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva	
Ava Fabian dos Anjos Lima	
Beatriz Zeppelini Bezerra de Menezes Nasser	
Alice Figueiredo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.34920200122	

CAPÍTULO 23 197

EXPLORANDO JOGOS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A APRENDIZAGEM DE FRAÇÕES

Andreia Belter
Fernando Feiten Pinto
Ivana Letícia Damião
Júlia Gabriela Petrazzini da Silva
Elizangela Weber
Julhane Alice Thomas Schulz
Mariele Josiane Fuchs

DOI 10.22533/at.ed.34920200123

CAPÍTULO 24 206

FAUSEL E AUST: DOIS EXPOENTES DA LITERATURA

José Luís Félix

DOI 10.22533/at.ed.34920200124

CAPÍTULO 25 216

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO: UM CRIME CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

Jenijunio dos Santos
José Guilherme Aguiar Assis
Rafael de Carvalho da Costa

DOI 10.22533/at.ed.34920200125

CAPÍTULO 26 223

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES CAMPESINOS: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENSINO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sabrina Stein
Charles Moreto

DOI 10.22533/at.ed.34920200126

CAPÍTULO 27 230

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: VOZES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Odaléa Barbosa de Sousa Sarmento
Ana Leide Rodrigues de Sena Góis
Jocyléa Santana dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.34920200127

CAPÍTULO 28 240

FORMAÇÃO DE CÉLULAS COOPERATIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ARTICULADORA, NO PROGRAMA FOCCO, CÁCERES MT

Ana Karla Pereira Viegas
Cleide Aparecida Ferreira da Silva Gusmão
Daniely Takekawa Fernandes
Daiany Takekawa Fernandes
Josimeire Teixeira Carrara
Juliana Carol Braga Aponte
Karla Silva da Paixão
Rosane Andrade Vasconcelos

Thaysa Rodrigues da Silva Gonçalves

Thulio Santos Mota

DOI 10.22533/at.ed.34920200128

CAPÍTULO 29 243

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO JALAPÃO - TOCANTINS

Odaléia Barbosa de Sousa Sarmento

Daniela Patrícia Ado Maldonado

Jocyleia Santana dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.34920200129

CAPÍTULO 30 246

GÊNEROS TEXTUAIS EMERGENTES: O MEME E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Nubiana Salazar

Paula dos Reis Lanz

Luciane Maria Wagner Raupp

DOI 10.22533/at.ed.34920200130

CAPÍTULO 31 255

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: ALGUNS ENFOQUES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE FUTUROS PESQUISADORES

Renata Cristina Geromel Meneghetti

Augusta Teresa Barbosa Severino

Gabriela Castro Silva Cavalheiro

Julyette Priscila Redling

Marcela Aparecida Penteado Rossini

DOI 10.22533/at.ed.34920200131

SOBRE A ORGANIZADORA..... 266

ÍNDICE REMISSIVO 267

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO: UM CRIME CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 03/01/2020

Jenijunio dos Santos

Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA)
Belém - Pará

José Guilherme Aguiar Assis

Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA)
Belém - Pará

Rafael de Carvalho da Costa

Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA)
Belém – Pará

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo verificar as causas do fechamento das escolas do campo, os impactos causados nas comunidades e como as organizações sociais ligadas ao campo tem enfrentado essa realidade. O aporte teórico foi em Carbonari (2008), Caldart, (2012), Mariano Sapelli (2014), Alentejano (2014). A abordagem qualitativa subsidiou a pesquisa em campo que se deu junto ao Fórum Paraense de Educação do Campo. O estudo revelou, que não obstante a política de Educação do Campo, nos últimos anos tem crescido o número de fechamento das Escolas no Campo, o que nesse contexto aqui estudado, entende-se ser um crime contra os direitos humanos ficando mais evidente quando é tirada a chance de crianças, jovens e adultos do campo o direito a educação. Constatou-

se ainda, que essa luta terá que ser árdua e sem trégua, pois ela mexe com interesses de grupos muito fortes, como é o caso dos grupos internacionais ligados ao agronegócio, que tem expulsado os sujeitos que vivem no campo. Nesse contexto, um instrumento que tem ajudado no combate ao fechamento de escolas é o “Disk Denúncia”. A realização da pesquisa trouxe em evidencia a dimensão da dificuldade que vivem os sujeitos do campo em relação à escola. Percebeu-se que as escolas brasileiras no campo precisam ser melhores assistidas pelo poder público e que a sociedade civil organizada não pode ser moderada na luta para assegurar uma escola de qualidade, emancipadora e que ajude na permanência dos camponeses em seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas do Campo. Fechamentos de Escolas. Direitos Humanos.

RURAL SCHOOL CLOSURE: A CRIME AGAINST HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: The present work aims to verify the causes of the closure of rural schools, the impacts caused on the communities and how the social organizations linked to the countryside have faced this reality. The theoretical contribution was in Carbonari (2008), Caldart, (2012), Mariano Sapelli (2014), Alentejano (2014). The qualitative approach supported the

field research that took place with the Paraense Forum of Rural Education. The study revealed that, despite the field education policy, in recent years there has been a growing number of closure of schools in the field, which in this context is understood as a crime against human rights, becoming more evident when it is taken the chance of children, youth and adults from the field the right to education. It was also found that this struggle will have to be arduous and without respite, as it interferes with the interests of very strong groups, such as the international agribusiness groups, which have expelled the subjects living in the countryside. In this context, an instrument that has been helping to combat school closure is the “Disk Denunciation”. Conducting the research highlighted the dimension of the difficulty experienced by rural subjects in relation to school. It was realized that Brazilian schools in the countryside need to be better assisted by the public power and that organized civil society cannot be moderated in the struggle to ensure a quality, emancipating school that helps the peasants stay in their territory.

KEYWORDS: Rural Schools. School closings. Human rights.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a Educação do Campo tem se firmado no cenário educacional brasileiro como uma modalidade de ensino que tem contribuído na emancipação dos sujeitos do campo. No entanto contrariando essa realidade, no mesmo período tem-se constatado um crescente fechamento das escolas do campo.

Cada escola fechada no campo é privação de direito a educação escolar para os sujeitos que vivem no contexto do campo. Diante dessa problemática buscou-se verificar as causas destes fechamentos, os impactos que esses causados nas comunidades e as resistências que estão ocorrendo diante desse fenômeno.

Para a efetivação desse estudo buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica e documental (SEVERINO, 2007) sobre a temática e junto a literatura vigente sobre o assunto e nos documentos do Fórum Paraense de Educação do Campo, que tem desenvolvido no âmbito local a Campanha Contra o Fechamento das Escolas do Campo.

2 | EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

A Organização das Nações Unidas em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), afirma que os Direitos Humanos incluem o direito à vida, liberdade de expressão, ao trabalho e a educação, sem qualquer tipo de discriminação e estabelece também que os governos devem agir a fim de proteger e promover esses direitos a todos.

No Brasil, a temática dos Direitos Humanos tomou mais força a partir da luta contra a ditadura militar, regime político que buscou silenciar com tortura e morte

todos aqueles que se manifestasse contra o referido regime. Após a abertura política e a promulgação da constituição de 1988, voltou à pauta política as premissas dos direitos políticos e sociais dos brasileiros. No entanto a constituição assim como toda legislação não é garantia de direito por si só, é necessária uma luta cotidiana da sociedade civil organizada para fazer valer esses os direitos adquiridos.

Por isso insistimos, direitos humanos são uma noção complexa e que guarda várias facetas e interfaces que não se esgotam nem na sua dimensão jurídica, nem na sua dimensão ético-moral, nem na sua dimensão política e nem na sua dimensão cultural. Aliás, as conjugam todas em processos complementares de luta permanente e de construção histórica (CARBONARI, 2008, p. 15-16).

Nessa luta histórica da sociedade pela garantia dos direitos, destaca-se aquela pela educação como um direito humano e do cidadão, que pode ser constatada com os pactos e conferências internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Cúpula Mundial de Educação para Todos (2000). No Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988 foi promulgada dentro deste cenário e no seu artigo 205 anuncia que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...]” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) coaduna com a CF quando no Título III versa sobre “Do direito à educação e do dever de educar”.

Foi nesse contexto legal e na luta permanente com a união das forças dos Movimentos Sociais que militam no campo nas várias frentes para conquistar e assegurar os direitos dos povos do campo, entre eles o direito a terra, a saúde e a educação que foi realizado a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo na cidade de Luziânia – GO em 1998, sendo esse o marco da gênese da Educação do Campo. Desde então, essa luta, tem-se firmado como política pública para os povos do campo, reafirmado seu território, dando outro sentido para o campo, “sendo o campo para eles local da moradia, lazer, economia, espaço educativo, enfim, local de vida” (SANTOS, 2014, p. 96). E nesse contexto entende-se a Educação do Campo estar para além dos “fenômenos escolares”.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p.257).

Diante do exposto, percebe-se que a Educação do Campo, reconhece os povos do campo como sujeitos de uma cultura que deve ser valorizada concretamente nas escolas do campo, o que exige inclusive professores com formação específica para

atuar com os sujeitos do campo, foi nessa perspectiva que em 2007 foi criada a Licenciatura em Educação do Campo que nos últimos 10 (dez) anos tem formado professores para atuarem nas áreas do conhecimento, na gestão dos processos pedagógicos e comunitários, sendo esses educadores capazes de desenvolver e coordenar projetos políticos pedagógicos que contenham um currículo contextualizado a partir da construção de cada realidade que se apresenta, pois o Campo não é uniforme, é constituído por uma população bem diversa, seja nos aspectos étnicos, geográficos e econômicos.

Não obstante a todo esse movimento no campo e o fortalecimento da política de Educação do Campo, nos últimos anos tem crescido o número de escolas fechadas no campo, realidade que significa um crime contra os direitos humanos por tirar o direito de crianças, jovens e adultos do campo ao acesso a escolarização.

3 | FECHAR ESCOLA É CRIME CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

Fechar escola tem sido um método perverso para desterritorializar os camponeses, essa prática tem se intensificado ano a ano. Em um levantamento nos censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GEPERUAZ – UFPA), concluiu que no Brasil foram fechadas mais de 100 mil escolas, em 15 anos. Sendo que o Estado do Pará fechou 5.355 escolas, nesse mesmo período.

Na pesquisa realizada, identificamos três fatores que contribuem para o fechamento de escolas no campo: o primeiro é o repasse de recurso via FUNDEB que estipula o valor nacional por aluno/ano que representa um referencial mínimo a ser complementado pela união em conjunto com o estado ou município. Nesse particular as prefeituras alegam não ter recursos para complementar e manter as escolas da área rural com poucos estudantes. É a velha lei do “custo/benefício”.

O segundo fator, que também está no âmbito das políticas educacionais, é o financiamento do transporte escolar pelo Ministério da Educação, que tem repassado recursos para que os municípios e estados adquiram ônibus para transporte de estudantes, o que tem fortalecido as políticas de nuclearização de escolas no campo, levando assim ao fechamento das escolas que tem um número menor de alunos.

O terceiro, e talvez a principal causa do fechamento das escolas do campo, é o avanço do agronegócio no campo, que tem expandido a monocultura e a concentração de terra, expulsando assim os sujeitos do campo, pois precisa de grandes áreas para plantação e absorve pouca mão de obra. Esse avanço do agronegócio tem em parte incentivo do governo brasileiro e é extremamente desigual com os pequenos agricultores. Ao analisar o Censo Agropecuário de 2006 Alentejanos (2014, p. 25) percebeu que os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares (0,9% do total)

captaram 43,6% dos recursos e os com até 100 hectares (88,5% dos que obtiveram financiamento) captaram 30,42% dos recursos. Portanto, a estrutura fundiária brasileira expressa uma enorme desigualdade social e demonstra que, o próprio governo beneficia economicamente uma minoria, em detrimento de uma grande maioria de agricultores sem ou com pouca terra.

Cada escola fechada no campo significa exclusão dos povos do campo e da possibilidade de estudar, pois as dificuldades de acesso dessa população a escola passará a ser enorme caso não queiram migrar para as cidades. No Pará há caso de crianças que passam até 4h dentro de um barco para acessar a escola mais próxima, além da própria evasão escolar.

Embora haja um conjunto de leis que amparam a escola e a Educação do Campo, entre elas a lei Nº 12.960/2014 que estabelece normas para fechamento de Escolas do Campo percebe-se que efetivamente essas leis não tem assegurado que a escola do campo não seja fechada, sendo necessária uma constante mobilização das entidades envolvidas com as lutas do povo do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Universidades e os Fóruns de Educação do Campo.

No Pará tem sido incansável a atuação dos membros do Fórum Paraense de Educação do Campo que congrega os fóruns regionais de educação do campo, sindicatos, entidades ligadas ao povo do campo, assim como as universidades e grupos de pesquisas. O Fórum estar em constante vigília para que seja assegurada uma educação pública e de qualidade para os povos do campo, assim como a garantia de direitos que já existem e deveriam ser cumpridos pelo poder público.

Essa luta também se dar no âmbito do reconhecimento e na visibilidade dos territórios do campo, pois a educação é na perspectiva urbano-cêntrica, onde os territórios urbanos são privilegiados e a população do meio rural acaba sendo excluída do acesso a direitos básicos e a outras possibilidades que a população urbana possui.

Como pode ser visto a luta contra o fechamento das escolas no campo terá que ser árdua e constante, pois mexe com interesses de grupos poderosos, como é o caso dos grupos internacionais ligados ao Agronegócio, que tem expulsado os sujeitos que vivem no campo. E nesse contexto, um instrumento que tem ajudado no o combate ao fechamento de escolas é o “Disk Denúncia”.

Com o lema “Fechar a Escola é Crime”, o Fórum Paraense de Educação do Campo, juntamente como o Campus da UFPA de Castanhal, aderiu a Campanha Nacional Contra o Fechamento de Escolas do Campo com o projeto do Disk Denúncia, sendo que este funciona através do número (91) - 99191-7282. Ao saber do fechamento de uma escola, o cidadão liga para o referido número, sendo que sua denuncia será registrada para posteriores ações junto ao Ministério Público e outras

instituições. Esse projeto teve início em 2016 e embora tenha encontrado algumas dificuldades, entre elas a falta de divulgação ampliada junto da sociedade, já tem recebido várias denúncias e encaminhadas ao Ministério Público.

Ainda no âmbito da resistência e do enfrentamento ao desmonte da educação para os sujeitos do campo, no último dia 27 de setembro de 2019 foi realizada uma Audiência pública intitulada “Fechamento de Escolas no Campo no Estado do Pará”, no auditório João Batista, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

Essa audiência foi promovida pelo Fórum Paraense de Educação do Campo; Comissão do Direito à Educação da OAB – Sessão Pará; Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA, com o apoio do Ministério Público do Estado do Pará e da Defensoria Pública do Estado do Pará, tendo a presença de alguns órgãos convidados: Conselho Estadual de Educação – CEE; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC Pará; Secretaria Municipal de Educação de Belém; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares de Belém; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Além dos órgãos acima citados, houve a presença de Movimentos de Organizações Sociais e Sindicais. Tais como: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento Dos Ribeirinhos - as das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – Moriva. Além de Instituições de Educação Superior, como Universidade Federal do Pará (UFPA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Universidade do Estado do Pará (UEPA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E, os seguintes Órgãos Governamentais: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA - Coordenadoria de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (CECAF).

Diante do exposto percebe-se que os movimentos sociais não estão em estado de letargia perante esse crime contra os Direitos Humanos que é o desmonte das Escolas do Campo. Há resistência, e a luta tem se configurado em todas as frentes, sendo que no caso do Pará essa luta, os Movimentos Sociais (comprometidos com os sujeitos do campo) tem tido o Ministério Público como um grande aliado para a execução desse enfrentamento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fechamento das escolas do campo, evidencia a dimensão da dificuldade que vivem os sujeitos do campo em relação à escola. Para além da luta contra o fechamento dessas escolas, deve-se continuar a luta para que as escolas brasileiras no campo sejam melhor assistidas pelo poder público e que a sociedade civil organizada não pode descansar um só instante da luta para assegurar uma escola

de qualidade, emancipadora e que ajude na permanência dos camponeses em seu território.

A sociedade brasileira não pode aceitar que o direito a educação continue sendo retirado de crianças e jovens que vivem no campo, pois ao perderem esse direito básico, esses sujeitos ficam vulneráveis a todo tipo de violência, como o tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. Assim sendo, as escolas brasileiras no âmbito rural precisam ser melhores assistidas através do cumprimento de políticas públicas nacionais para que os direitos humanos sejam respeitados.

REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, Paulo. Questão agrária e Agroecologia no Brasil do século XXI. In. MOLINA, Mônica C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília: NEAD, 2014. p. 23- 57.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 253-265.

CARBONARI, Paulo César. Democracia e Direitos Humanos. Reflexões para uma agenda substantiva e abusada. In.. BITTAR Eduardo C. B; TOSI, Giuseppe. (orgs.). **Democracia e Educação em Direitos Humanos Numa Época de Insegurança**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Editora UFPB, 2008. p. 13-34.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Fechar Escola é Crime Social** – Causas, Impactos e Esforços Coletivos contra o Fechamento de Escolas no Campo. Unioeste, Campus de Toledo, 2014.

SANTOS, Jenijunio. **Populações ribeirinhas e educação do campo**: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. Belém 2014. p.155 (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Educampoparaense. **Disque Denúncia contra o fechamento de escolas do campo**. Disponível em <http://educampoparaense.com.br/noticia/disque-denuncia-contra-o-fechamento-de-escolas-do-campo>. Acesso em 02 mai.2017

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelha sem ferrão 179

Adolescente 50, 145, 161, 196, 221

Alfabetização 71, 72, 82, 84, 85, 88, 89, 100, 120

Alimentação saudável 152, 154, 155, 157, 158

Analfabetismo funcional 71, 97, 99, 100

Aplicativos educacionais 97

Aprendizagem 9, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 46, 60, 61, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 85, 86, 88, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 134, 136, 138, 146, 150, 156, 167, 173, 184, 185, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 238, 240, 241, 246, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem móvel 97

Autonomia 10, 37, 70, 73, 88, 101, 125, 126, 136, 150, 160, 161, 163, 164, 165, 171, 185, 195, 240, 255, 257, 260, 263, 265

Avaliação 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 35, 37, 47, 77, 83, 86, 88, 116, 119, 121, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 139, 150, 162, 188, 196, 209, 227, 256, 258, 263

C

Cidadania 92, 133, 145, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 247, 251, 252

Conservação 92, 172, 173, 174, 175, 177, 180

Contexto escolar 15, 82, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 143, 160, 161, 167, 187, 194, 231

Criança 31, 42, 44, 46, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 84, 85, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 161, 167, 170, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 212, 213, 214, 221, 232, 234, 235, 236, 237, 238

Cultura escolar 128, 129, 130, 131, 134, 137

Currículo 29, 60, 62, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 148, 151, 165, 219, 255, 260, 261, 262, 264, 265

Currículo adaptado 82, 83, 87

D

Desenho animado 172, 173, 174, 175, 177, 251

Design de inclusão 97, 102

Direitos e deveres 160

Docência 146, 147, 149, 150, 162, 184, 197, 198, 245

E

Educação contextualizada 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Educação inclusiva 9, 10, 11, 82, 83, 89, 151, 185, 186, 191

Educação infantil 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 243, 244, 245

Ensino 1, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 46, 48, 60, 64, 67, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 92, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 167, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 217, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 243, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Ensino de biologia 14

Extensão 1, 26, 27, 32, 33, 35, 40, 41, 42, 47, 52, 61, 68, 77, 80, 91, 92, 93, 119, 120, 152, 153, 158, 225

F

Floração 179, 181, 182

Formação 4, 5, 10, 12, 28, 30, 34, 36, 38, 41, 64, 66, 70, 73, 74, 75, 82, 92, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 120, 121, 122, 136, 146, 147, 149, 150, 151, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 207, 214, 218, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266

H

Hipertexto 104, 106, 107, 110, 111, 112, 254

I

Informática 92, 93, 95, 96, 107, 117, 120, 263, 265

Instrumentos avaliativos 14, 15, 18, 21, 22, 24

L

Leitura 27, 28, 29, 34, 35, 42, 44, 45, 46, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 97, 98, 99, 101, 102, 107, 111, 130, 167, 170, 211, 212, 225, 226, 228, 233, 235, 236, 238, 247, 258

Letramento 34, 35, 82, 84, 89, 103, 171, 247

Linguagem 2, 3, 5, 16, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 70, 71, 72, 73, 85, 87, 100, 101, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 130, 137, 192, 205, 248, 249, 250, 253

M

Meliponicultura 179

Metodologias ativas 97

Metodologias de ensino 77, 200, 230

N

Narrativa mítica 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113

P

Papilomavírus humano 49, 50, 51, 56, 57, 58

Percepções infantis 140

Pertencimento 30, 98, 136, 160, 163, 170, 244
Políticas públicas 9, 10, 153, 222, 236, 265
Práticas de formação continuada 146, 150, 237
Promoção da ciência 77
Promoção da saúde 152, 156, 157, 158

Q

Química forense 76, 77, 78, 80

R

Recurso polínico 179

S

Salas de recursos multifuncionais 9, 10, 187, 196

Software 92, 93, 120, 182, 227, 262

T

Tempo integral 140, 141, 142, 143, 144, 145

Terapia assistida por animais 39, 47

Texto 34, 35, 40, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 73, 104, 106, 107, 110, 111, 115, 130, 138, 210, 213, 214, 228, 245, 250, 251, 254, 257

Transdisciplinaridade 39

V

Vacinação 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Z

Zoologia 172, 174, 177

